

Capítulo 1

Aspectos da neolitização: questões prévias

1.1. Preâmbulo

A construção deste texto é o resultado de um projecto de investigação, que coordeno desde 1995, destinado a analisar numa área específica (Interior alentejano), e num intervalo de tempo concreto (VI/V milénios cal BC), uma questão genérica que, a ritmos distintos e com componentes diferenciados, engloba uma parte significativa da trajectória holocénica da espécie *sapiens*: a da substituição de modelos económicos e sociais baseados em esquemas de caça-recollecção por modelos assentes na produção de alimentos, numa dinâmica que se designa, conferindo um sentido dinâmico ao conceito substantivo criado por Lubbock, como processo de neolitização.

Este processo é, hoje, entendido como um fenómeno complexo, que não pode ser definido unicamente enquanto um patamar cronológico, um lote de materiais ou de técnicas de subsistência. Neolitização é sinónimo de um conjunto de transformações profundas que, se particularmente visíveis no campo dos artefactos e dos ecofactos, afectaram de forma irreversível as modalidades de percepção e gestão do espaço, as estratégias de ordenamento e reprodução social, os esquemas de construção e domínio dos símbolos.

A análise do fenómeno de neolitização ou, evitando terminologias eurocéntricas, da transformação de sistemas predadores em sistemas produtores e a conseqüente expansão geográfica destes últimos, pode ser discutida a uma escala antropológica, enquanto parte de um conjunto de comportamentos que emergem, no quadro ambiental do pós-glaciar, como resposta possível a um crescimento demográfico que as estratégias predadoras já não sustentavam.

A perspectiva que orienta este discurso é, no entanto, outra. Quer-se, aqui, discutir a concretização deste processo e dos cenários históricos que a partir dele se criam, num intervalo de tempo circunscrito e num quadro espacial concreto. Observa-se, portanto, um segmento de uma realidade mais ampla que é artificialmente seccionada, porque todo o Objecto deve possuir fronteiras, mais ou menos, definidas.

A historiografia arqueológica tem produzido, desde os inícios da disciplina, distintas explanações para justificar a origem destes sistemas produtores apresentando narrativas ou modelos onde, em rotação e muitas vezes em interdependência, assumem primazia factores de ordem técnica, económica, ambiental, demográfica, social ou mental (Childe, 1947; Binford, 1970; Cohen, 1993; Hodder, 1990; Cauvin, 1999).

A par da busca das causas da mudança discute-se, também, a origem intencional ou acidental deste processo. É o Neolítico, enquanto estágio cultural, o resultado de acções deliberadamente realizadas para obtenção de determinados fins ou, ao invés reflecte as consequências de comportamentos, mais ou menos oportunistas (Wilcox e Anderson, 1991; Uerpmann, 1995), e que de forma não prevista conduziram as sociedades a pontos de não-retorno?

A opção por um destes esquemas não resulta apenas de uma leitura asséptica da informação disponível, mas passa também por tomadas de posição perante a História, ao criarem as sociedades contemporâneas uma oposição estrutural entre grupos predadores e grupos produtores, e ao avaliarem os respectivos quadros culturais.

As substantivas alterações que se detectam nas leituras produzidas, ao longo do tempo, sobre o Neolítico, sobre as sociedades que o antecedem e sobre os grupos que o criam, não traduzem apenas o enriquecimento progressivo da base de dados sobre o tema, mas são também, em grande medida, o produto dos distintos cenários mentais a que o Ocidente tem aderido.

O discurso científico inaugurado, na centúria de oitocentos, no quadro teórico do Evolucionismo encarou o Neolítico como estágio primordial a caminho da Civilização. O Neolítico representaria o primeiro momento em que pelo trabalho, um elemento que justifica o Ser numa ética protestante, o homem controla o meio e o seu devir, escapando à incerteza produzida pelas contingências próprias do mundo natural.

Ao contrário, em alguns textos produzidos nos últimos anos, o Neolítico é, ainda que involuntariamente, apresentado como uma armadilha e como o momento ao qual remontam, em última instância, alguns dos males do mundo contemporâneo, como a aceleração das desigualdades sociais, a perturbação irreversível dos ecossistemas, a dependência e a obrigatoriedade do trabalho, o início do aumento demográfico e o conseqüente desequilíbrio entre populações e recursos.

Esta profunda alteração de perspectiva data dos finais do passado século quando, a partir da década de 60, alguns grupos desafiaram a natureza profunda e questionaram os objectivos das sociedades capitalistas, procuraram fórmulas de existência alternativas ao modelo de consumo dominante e definiram outras categorias de percepção do real, a partir das quais seria possível criar uma diferente imagem dos bandos de caçadores-recolectores.

A arqueologia e a etnografia construíram então um novo Passado, onde ambiente e cultura se conjugaram para transformar estes grupos nos últimos habitantes de um *Paraíso Perdido*. A figura do caçador-recolector não é mais conectada com uma pobreza extrema que obriga a uma itinerância constante, mas transforma-se agora em sinónimo de sabedoria e liberdade (Camps, 1982; Sahlins, 1983).

Em simultâneo, a transformação cultural já não é, no âmbito da teoria sistémica que se impõe a partir da década de 70, assumida como uma ascensão a um patamar civilizacionalmente superior, mas apenas considerada um *feedback* necessário ao restabelecimento do equilíbrio, com o qual se procura combater a desordem provocada por agentes externos ou internos que impedem a auto-reprodução, e a manutenção do *status quo*, do sistema.

No presente e no âmbito de uma linha de pensamento que pode classificar-se como “neo-liberal”, os grupos de caçadores-recolectores são retra(c)tados enquanto eficazes gestores de territórios, de recursos e de quantitativos demográficos. Estes grupos terão associado a um conhecimento profundo da paisagem, das suas potencialidades e dos seus limites, um sistema social suficientemente flexível para concentrar efectivos em momentos de abundância, e dispersar populações em fases de penúria, num regime de mobilidade que permite ocupar os diferentes territórios que exploram nos momentos da sua máxima produtividade natural.

Numa óptica “anti-globalização”, que também marca a pós-modernidade, a natureza minoritária, e não conforme ao sistema dominante, dos grupos de caçadores-recolectores constitui uma evidente fonte de inspiração para os comportamentos próprios dos “primitivos modernos”. Os grupos não produtores, do passado e no presente, demonstram o sucesso possível de vivências, objectivos e símbolos alternativos, e revestem-se, por isso, de uma carga política que não pode ser ignorada.

No entanto, pode ser discutida a pertinência da fronteira traçada entre sistemas predadores e sistemas produtores e a homogeneidade, ou a falta dela, entre os grupos que esta linha distingue.

A natureza revolucionária desta mudança foi afastada dos cenários explicativos, uma vez que as abordagens processuais, dominantes nos anos 70, 80 e mesmo 90, tendiam a expla-

nar o fenómeno de neolitização enquanto processo acontecido no tempo longo, e resultante em grande medida de um conjunto de comportamentos desenvolvidos, após o *terminus* do último episódio glacial, pelas sociedades de caçadores-recolectores, que se adaptam às novas condições ambientais.

Tornou-se, evidente, nas últimas décadas, que algumas comunidades de caçadores-recolectores possuíam um conjunto de competências que tradicionalmente se admitiam próprias das sociedades produtoras, como seja um elevado índice de sedentarização, o recurso a práticas de armazenamento enquanto estratégia de consumo diferido, a gestão ou o controle de manadas a partir do abate selectivo e da criação, através de queimadas intencionais, de “pastos”, a crescente dependência, em latitudes temperadas, sobre recursos de origem vegetal, e o desenvolvimento de conceitos de territorialidade restrita, associados aos espaços de enterramento intra-habitat.

Alguns de entre estes caçadores-recolectores complexos do pós-glacial, estabelecidos no Próximo e Médio Oriente, terão sido responsáveis pela emergência de um Foco Primário de Neolitização (Guilaine, 1976, p. 25), quando domesticam, a partir de meados do IX milénio cal BC, plantas e animais, que constituirão as bases, exógenas, do Neolítico europeu.

As propostas alternativas, que concebiam a existência de processos autóctones de neolitização em diferentes áreas do espaço europeu, sustentadas em problemáticas evidências como sejam os pólenes ou os macro-restos de cereais selvagens recuperados em contextos pré-neolíticos da Europa Oriental (Dennel, 1985, p. 116, 120 e 160), ou os restos de ovelha doméstica provenientes de níveis mesolíticos do Mediterrâneo ocidental (Vigne e Helmer, 1999, p. 131), estão definitivamente ultrapassadas.

É, neste momento, consensual admitir que a domesticação de plantas e animais é um exercício, no origem, oriental e cujos mecanismos de expansão para Ocidente devem ser definidos. Lida-se, portanto, com um fenómeno que deve necessariamente ser observado a escalas distintas, uma vez que um particular processo de neolitização não pode ser, geográfica e cronologicamente, isolado de círculos espaciais e temporais mais amplos, nos quais culturalmente se integra.

1.2. As modalidades de expansão dos sistemas neolíticos

Os modelos que procuram explicar o processo, ou processos, de neolitização podem ser agrupados, em função do momento da história que abordam, em duas categorias principais. Existem modelos destinados a analisar as origens do fenómeno nos diferentes centros primários de neolitização, e modelos construídos para justificar a expansão territorial de grupos, ou de pacotes culturais, neolíticos.

Os modelos do segundo grupo prevêem que em áreas mais ou menos distantes dos focos primários ocorram outros processos de neolitização, ainda que os elementos do novo quadro cultural sejam, numa primeira fase, alógenos ao território onde surgem arqueologicamente documentados, e as populações autóctones não sejam responsáveis pela criação-domesticação-invenção desses novos componentes.

Para discutir a neolitização no Interior/Sul de Portugal interessam, fundamentalmente, estes últimos, que permitem debater as modalidades de dispersão espacial, cronológica e cultural do fenómeno. Estes modelos assentes na difusão incluem, por definição, uma componente de movimentação geográfica, que pode ser de grupos humanos ou de elementos culturais, e, globalmente, dividem-se em modelos de difusão démica e modelos de difusão cultural.

Modelos de difusão démica

Os modelos de difusão démica possuem uma longa tradição no discurso arqueológico (Childe, 1947; Ammerman e Cavalli-Sforza, 1973), e por norma assentam na conjugação das variáveis: sedentarização crescente → aumento populacional → produção de alimentos → crescimento demográfico → expansão territorial.

A maior fixação aos territórios, e o primeiro momento de crescimento demográfico seriam consequência das novas condições climáticas estabelecidas nos inícios do Holocénico que teriam gerado, num quadro climático favorável à reprodução dos grupos humanos (Binford, 1991, p. 261), ecossistemas de alta produtividade natural, inicialmente capazes de suportar, sem necessidade de transformações do sistema cultural, o aumento populacional.

A partir deste quadro, podem detectar-se no registo arqueológico do pós-glaciar cenários de continuidade cultural, que reflectem a adequação entre o grupo humano, o meio que este explora e a tecnologia de que dispõe, ou sinais de ruptura, expressos em novos comportamentos que traduzem a necessidade interna do sistema, agora em desequilíbrio, em desenvolver ou aderir a outras práticas de obtenção de recursos, que implicam novas estratégias de gestão do espaço e novos mecanismos de controle social.

A produção de alimentos, que se inicia com a exploração de cereais domesticados, seria uma solução encontrada para fazer face às perturbações geradas pelo crescimento demográfico. A riqueza calórica dos cereais teria permitido sustentar o aumento populacional que, a médio prazo, encontraria na expansão para outros territórios a resposta às tensões, ambientais, económicas e sociais, criadas pelo desenvolvimento do sistema.

Uma vez iniciado o processo, o ciclo, fixação ao território/crescimento populacional/desequilíbrio ecológico/demográfico/expansão territorial, tenderia a repetir-se até que barreiras geográficas, ambientais ou culturais impedissem a progressão espacial das sociedades produtoras.

Nos últimos anos têm, no entanto, sido invocados outro tipo de argumentos para justificar a movimentação destas comunidades. O binómio ecologia/demografia é, em alguns textos, substituído por factores de ordem social e mental, e a segmentação populacional, e consequente ocupação de novos espaços, entendida como um traço estruturante da personalidade dos primeiros grupos produtores.

Segundo este tipo de modelos, e independentemente das causas profundas da diáspora, a expansão territorial de comunidades equipadas com o pacote neolítico perturbaria a dinâmica das populações existentes nos lugares de chegada e marcava o início do Neolítico nas regiões que não participaram directamente nos processos primários de domesticação de animais e vegetais, e no desenvolvimento das novas tecnologias de produção artefactual.

As principais críticas apontadas ao difusionismo démico dirigem-se, ainda antes de se discutirem os dados arqueológicos, ao esquema mental que lhe está subjacente e que considera, aprioristicamente no entender dos seus opositores, a movimentação de grupos humanos como principal motor de uma História, onde o colono assume o papel principal perante a passividade do indígena, a quem se concede, sobretudo, um lugar de espectador.

Refira-se, no entanto, que admitir como causa da transformação cultural a deslocação de grupos humanos, em diferentes escalas e com diferentes propósitos, num mecanismo que está amplamente demonstrado pelas Ciências Sociais e Humanas, não implica a defesa do “sistema colonial”, nem assenta numa suposta minoridade intelectual do indígena, incapaz ele próprio de produzir mudança.

Modelos de difusão cultural

Os modelos de difusão cultural dispensam a movimentação efectiva de grupos humanos como causa da mudança e do aparecimento, no registo, de elementos exógenos ao espaço histórico arqueológico europeu.

Admitem que, a partir de um acontecimento temporal e espacialmente delimitado, a domesticação de plantas e animais no Sudoeste Asiático, a propagação das inovações neolíticas ocorreria depois por processos de transmissão cultural, através das redes de contacto estabelecidas, no quadro das práticas exogâmicas, pelos caçadores-recolectores pós-paleolíticos da bacia do Mediterrâneo (Dennel, 1985, p. 152-189; Rodríguez Alcalde et al., 1996).

Nesta versão da História, as sociedades mesolíticas teriam desempenhado um papel dinâmico, dada a sua capacidade de selectivamente integrar, transformar ou rejeitar elementos do pacote de conhecimentos/tecnologias/artefactos/espécies animais ou vegetais, então disponível.

A questão das origens geográficas, cronológicas e culturais dos componentes da neolitização é, segundo esta leitura, marginal, e o discurso procura, sobretudo, justificar a neolitização dos territórios a partir das dinâmicas internas das sociedades de caçadores-recolectores.

Devem, portanto, neste esquema, ser identificadas as causas que conduziram os grupos mesolíticos do espaço europeu a adoptar um conjunto diversificado de inovações, criadas em outros contextos culturais e como resposta a cenários ecológicos/demográficos/mentais em que não se inscreviam.

Porque se a integração em sistemas mesolíticos de elementos do sistema produtor pode reflectir a existência de desequilíbrios ambientais/económicos/sociais no seio destes grupos pode também, em alternativa demonstrar apenas que a assimilação cultural traduz uma prática mimética, comum entre os mamíferos, própria aos primatas superiores, fundamental aos *sapiens*, e que a pressão social condiciona a integração de novidades que, genericamente, representem aquisições positivas (Zilhão, 1997a, p. 268).

Nesta óptica, as evidências arqueográficas de mudança ou de continuidade cultural reflectem as reacções dos grupos de caçadores-recolectores perante o conjunto complexo de inovações que se encontraria à sua disposição, e a História adquire, evidentes, contornos regionais.

Uma leitura sintética

Estes macro-modelos, que doravante serão, por economia de linguagem, referidos como modelos difusionistas ou démicos e modelos indigenistas, pretendem justificar a expansão dos sistemas neolíticos, a transformação cultural detectada em territórios distantes dos focos primários da mudança, e devem, empiricamente, concretizar-se em registos arqueológicos diferenciados.

A defesa de mecanismos de expansão démica depende da identificação, numa área específica, de sítios que sejam interpretados enquanto “colónias”, criadas por grupos oriundos de outras regiões e que se estabelecem em territórios que podem possuir, ou não, um substrato populacional prévio. No caso dos territórios que se encontrassem previamente ocupados, o registo arqueológico deve integrar testemunhos da presença de dois grupos culturalmente distintos, mas contemporâneos. Os “colonos” terão que arqueograficamente distinguir-se dos “indígenas”, mesmo que os primeiros sejam grupos de pequena ou muita pequena dimensão e, que numa primeira fase, o seu impacto seja, na zona de chegada, diminuto.

A partir desta dualidade cultural, que dá início ao processo, podem ter ocorrido múltiplos esquemas de interacção social entre comunidades neolíticas e comunidades mesolíticas, ainda que sejam, em algumas circunstâncias, impossíveis de precisar quais os mecanismos históricos que subjazem a registos arqueográficos concretos.

Pode, *a priori*, admitir-se a existência de fenómenos de aculturação, ou de contaminação cultural, quando os grupos indígenas, que num primeiro momento não alteram de forma substantiva o seu sistema cultural, adoptam elementos que lhes são claramente exteriores, ou quando os grupos forâneos aderem a práticas culturalmente instituídas nas áreas onde se implantam.

A aculturação é, em si mesma, um processo complexo porque não possui uma orientação pré-definida, e inclui um leque alargado de comportamentos que podem ir desde a importação singular de produtos, à apropriação de tecnologias, ou à imitação de regras sociais.

Mas os fenómenos de colonização podem, também, gerar linhas de fronteira entre distintos sistemas culturais. Estas fronteiras, que apresentam um maior ou menor grau de mobilidade, uma maior ou menor duração, e um carácter mais ou menos permeável, demonstram a possibilidade de intervenção histórica dos diferentes grupos em cena, capazes de adoptar, ou ignorar, esquemas alternativos de gestão dos territórios.

A porosidade destas linhas, e o papel das populações indígenas nas dinâmicas de neolitização dos territórios foi claramente explicitado no modelo trifásico de Zvelebil (1986), ainda que o cenário dual criado a partir da fronteira agrícola da região báltica não possa ser linearmente transportado para outras áreas do continente europeu, porque a presença de colonos e indígenas, num mesmo território, pode, também, criar ambientes miscigenados e dar origem a grupos populacionais de composição mista, cujos sistemas culturais apresentem uma hibridização de traços com diferentes origens.

Ao contrário, a implantação de colonos sobre espaços que não possuam um substrato populacional prévio permite observar a implantação *ex novo* de sistemas culturais sem raízes na região, e exclui a interacção cultural da consequente dinâmica cultural.

Segundo os modelos de tipo percolativo, que assentam na difusão cultural, existem sempre, e só, populações indígenas responsáveis pela criação de registos arqueológicos “regionalizados”, dado que a selecção, integração e recriação dos novos componentes nos sistemas culturais dos caçadores-recolectores se processa em função de quadros ecológicos, sociais, económicos e demográficos particulares.

A capacidade selectiva que estes modelos reconhecem aos grupos predadores justifica a diversidade cultural que se conecta com esta fase de mudança, e a aparente “desordem” detectada no registo, que pode apresentar, num determinado contexto geográfico, elementos de neolitização que não estão uniformemente documentados em ocupações contemporâneas.

Se é, ao nível da análise teórica, relativamente simples enunciar e descrever as diferentes modalidades de expansão démica e/ou cultural que se podem produzir a partir de um foco primário de neolitização, é já questão mais polémica a integração de testemunhos particulares num desses cenários, e a identificação, em áreas específicas, dos mecanismos preponderantes de neolitização.

De acordo com os principais modelos explicativos, e uma vez que se reconhece abandonada, por falta de provas e não por qualquer incapacidade estrutural de inovação dos grupos do pós-glaciar, a hipótese de neolitizações autóctones no espaço europeu, admite-se que o aparecimento na Europa central e ocidental de grupos que produzem alimentos decorre, inicialmente, de episódios de difusão, démica ou cultural que darão, depois, origem a uma diversidade de respostas culturais, observáveis nas coordenadas históricas do espaço e do tempo.

No caso concreto do território europeu, a neolitização desenrola-se sobre um continente previamente ocupado, ainda que de forma desigual, por grupos de caçadores-recolectores, cujo papel neste processo, e cujos mecanismos de interacção com grupos, ou elementos, neolíticos devem ser pontualmente esclarecidos.

Perante a multiplicidade de processos possíveis, considera-se que só após a observação crítica das evidências empíricas disponíveis é legítimo caracterizar as sequências regionais de transformação cultural e definir, para os distintos espaços, as modalidades de neolitização ocorridas.

A cartografia dos processos

Se as causas e as modalidades de difusão dos sistemas neolíticos sobre o continente europeu são ainda tópicos em discussão, a natureza exógena dos seus principais componentes parece, hoje, perfeitamente definida, e o Oriente o lugar de origem das espécies domésticas a partir das quais foram construídas as paleo-economias do Neolítico europeu (Bernabeu et al., 1993, p. 78, 86).

No entanto, a representação gráfica dos mecanismos desta expansão difere consoante o quadro explicativo observado, uma vez que a questão cronológica e espacial assume pesos distintos consoante o modelo de neolitização adoptado e as fórmulas de expansão admitidas para justificar um registo determinado.

Neste ponto, tempo e espaço interceptam-se, e as cartografias possíveis dos fenómenos de neolitização dão uma imagem da complexidade real das variáveis em análise que possuem lógicas de progressão territorial, e de gradação cronológica próprias. Alguns quadros interpretativos dependem de uma linearidade progressiva do Tempo, enquanto outros convivem coerentemente com desfasamentos cronológicos, e espaços culturais arritmados.

Apesar de afastada a possibilidade de poligénicas e autóctones origens europeias das sociedades neolíticas, que admitia qualquer cronologia holocénica como um indicador fiável da antiguidade das transformações em curso, e qualquer território como potencial foco original de neolitização, a questão cronológico-espacial não é, neste debate, unívoca e elaboram-se, de acordo com os esquemas de difusão propostos, cartografias alternativas.

Numa perspectiva démica, a raiz do processo remonta a um foco primário de neolitização, onde estão cartografadas um conjunto de ocupações, nas quais se detectam as mais recuadas evidências de domesticação de plantas e de animais, de alteração das estruturas sociais e dos quadros simbólicos de referência (Figs. 1 e 2).

Os intervalos de tempo obtidos nestes “*hot-spots*” (Sherrat, 1996, p. 133) fixam, como um *post quem*, o patamar para os inícios da expansão geográfica dos sistemas produtores. Nesta óptica, a cronologia da neolitização do continente europeu depende dos valores cronométricos estabelecidos para o Próximo Oriente e para a bacia do Mediterrâneo oriental.

Partindo desta área nuclear, Ammerman e Cavalli-Sforza (1973) contabilizaram, através do movimento de “ondas de avanço”, o tempo necessário para, através de uma expansão territorial progressiva que combinava migrações e aculturações, os grupos neolíticos atingirem o extremo ocidente do continente europeu (Fig. 3).

Estas “ondas de avanço”, que cobriam o território continental, podiam ser interrompidas em latitudes setentrionais através da criação de uma fronteira, que constitui um efectivo travão de longa duração à expansão do processo, entre os territórios, a Sul, ocupados por grupos de agricultores, e as áreas a Norte, onde se encontram as comunidades de caçadores-recolectores (Fig. 4).

Esta linha de fronteira agrícola funcionaria como *limes* regional, a partir do qual podia ser observada uma neolitização por etapas do substrato indígena, assente em trocas de produtos, de informações e de indivíduos (Figs. 5A e 5B).

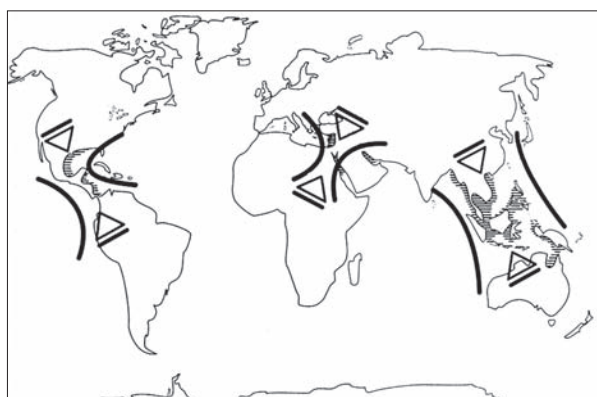


FIG. 1 - Focos primários de neolitização (Sherrat, 1996, p. 135).

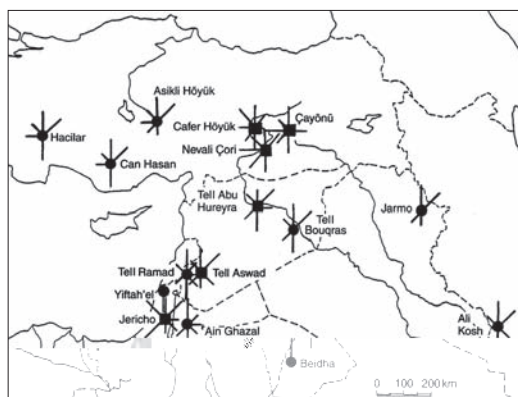


FIG. 2 - "Hot-spots" no Próximo Oriente (Adaptado de Zohary e Hopf, 2000³, p. 41).

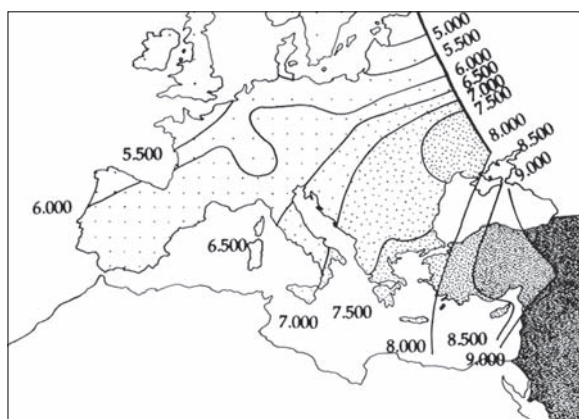


FIG. 3 - Onda de Avanço (Ammerman e Cavalli-Sforza, 1984, *apud* Bernabeu et al., 1993, p. 233).

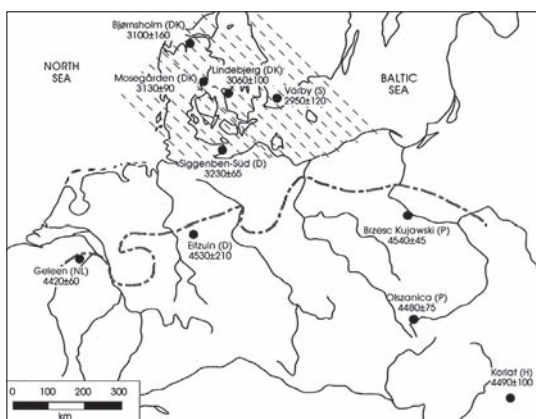
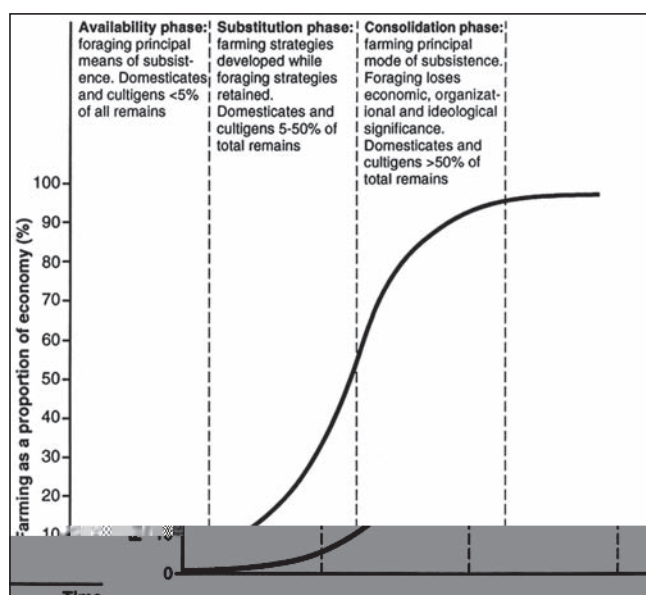
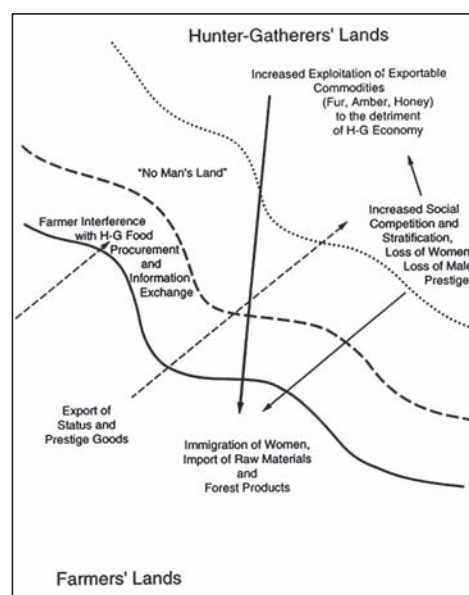


FIG. 4 - Linha de fronteira agrícola na Europa setentrional (adaptado de Price et al., 1995, p. 96).



A



B

FIG. 5 - Modelo Trifásico de Neolitização (Zvelebil, 1986, p. 6) (A) e mecanismos sociais subjacentes (Zvelebil, 1996, p. 338) (B).

Se a neolitização da Europa central, através da via danubiana, parece corresponder a uma efectiva progressão espacial de grupos de agricultores, e portanto confirmar o modelo criado, a rapidez da expansão é, no entanto, significativamente maior do que a admitida por Ammerman e Cavalli-Sforza, e a diacronia subjacente a esse processo não é sequer captada pelas datações de radiocarbono, que colocam no mesmo intervalo de tempo as primeiras ocupações neolíticas em diferentes áreas da Europa central e dos Países Baixos (Price et al., 1995, p. 96).

Para a Europa mediterrânea, os cálculos em que se apoiava o modelo das ondas de avanço foram também ultrapassados pelos dados arqueológicos. As datações para contextos do Neolítico antigo, que se obtiveram ao longo das décadas de 80, 90 e nos primeiros anos do século XXI, demonstraram a existência de uma difusão rápida do, ou partes do, pacote neolítico que não era compatível com os valores inicialmente apresentados no modelo.

Segundo as estimativas iniciais de Ammerman e Cavalli-Sforza, a neolitização da Península Ibérica seria um fenómeno acontecido ao longo do V milénio BP, no entanto sabe-se, hoje, que este processo remonta, pelo menos, a meados do VII milénio BP.

Por isso, à hipótese de uma expansão neolítica por via terrestre, materializada numa frente em movimento de pequenos grupos agro-pastoris, acrescenta-se, para justificar a velocidade de movimentação, registada sobretudo na costa norte da bacia do Mediterrâneo ocidental, uma difusão por via marítima (Fortea Pérez e Martí Oliver, 1984-1985, p. 192; Zilhão, 1992, 1993, 1997b, 2001, 2003), que dará origem a uma cartografia em “mosaico”, e a um escalonamento cronológico que já não é obrigatoriamente linear na direcção Este – Oeste (Fig. 6).

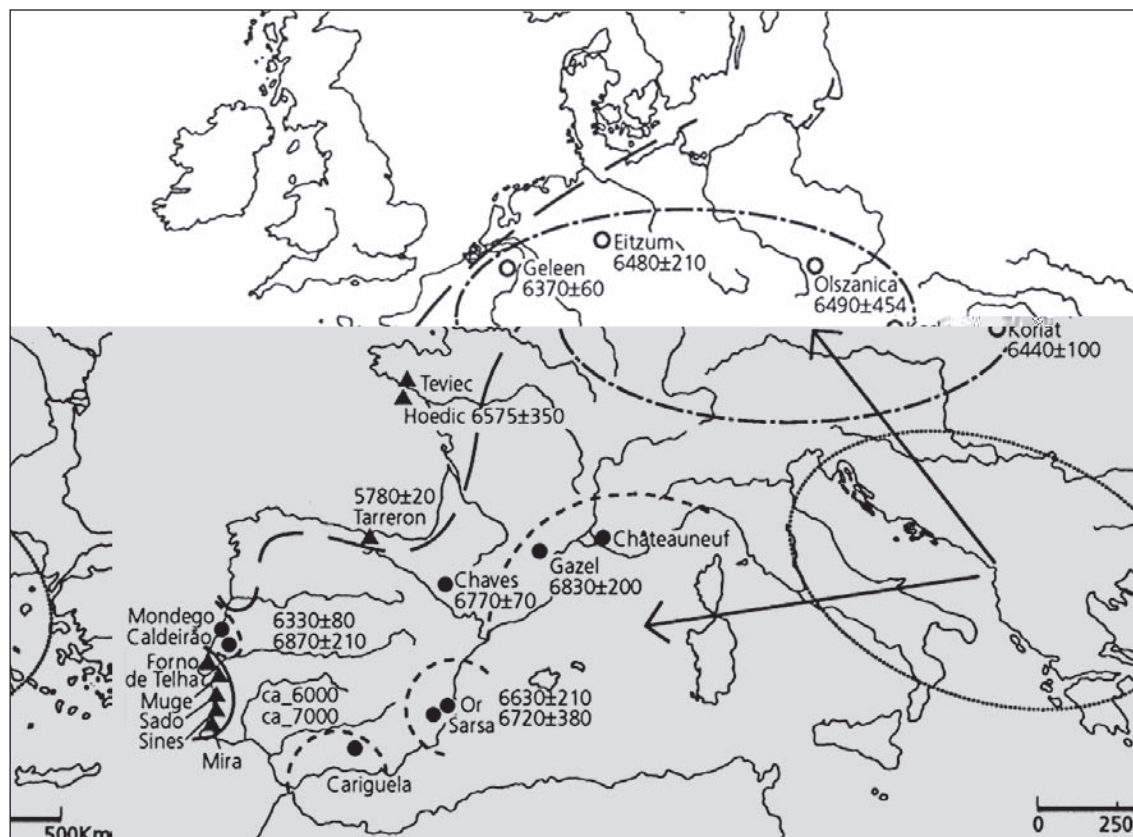


FIG. 6 - Colonização neolítica da bacia do Mediterrâneo ocidental e Sul da Europa atlântica, por via marítima (Zilhão, 1993, p. 51).

Fenómenos do tipo “saltação” (Vigne e Helmer, 1999, p. 134), seriam responsáveis não só por uma quase contemporaneidade das mais antigas ocupações neolíticas identificadas em vários pontos do Mediterrâneo ocidental, mas podiam também justificar a aparente resistência de algumas áreas intermédias, onde sobrevivem, até momentos mais tardios, grupos de caçadores-recolectores.

Segundo esta perspectiva, os valores cronométricos obtidos, por exemplo, para os sítios do Neolítico antigo no ocidente peninsular já não têm, necessariamente, que reflectir um significativo escalonamento cronológico de direcção Este-Oeste, mas têm apenas que ser compatíveis com um quadro geral estabelecido para as primeiras ocupações neolíticas da fachada mediterrânea do espaço ibérico.

Ao nível da evidência empírica, a movimentação de grupos através de uma “onda de avanço”, sobretudo se esta ocorrer num curto espaço de tempo, deve produzir uma realidade arqueológica, como a registada na Europa central, caracterizada por um elevado grau de homogeneidade cultural, ao nível dos sítios de habitat, das componentes da cultura material e das práticas produtivas das comunidades neolíticas.

Ao contrário, os fenómenos de tipo saltação darão origem a panoramas arqueologicamente complexos, onde a uma determinada fase cronológica podem corresponder, num mesmo território, distintas fácies culturais.

A representação cartográfica das neolitizações que resultam de fenómenos de difusão cultural não se diferencia, substancialmente, das imagens produzidas pelos modelos de difusão démica, ainda que a criação de mapas não seja, para os indigenistas, crucial no entendimento da história, porque a questão das origens e das antiguidades absolutas são, em si mesmas, temáticas periféricas (Figs. 7 e 8).

A antiguidade relativa dos focos primários de neolitização não é discutida, e os componentes, mas não os indivíduos, progridem, também, numa movimentação de sentido geral Este - Oeste. Tal como se verifica com esquemas de tipo saltação, podem sobreviver bolsas de resistência, e as reconstruções locais do sistema neolítico não são perceptíveis na análise das cartas produzidas.

Este tipo de modelos que evita colocar setas a definir orientações principais, e sobretudo não as dispõe sobre extensões marítimas conectadas com a movimentação démica, tende, quando as utiliza, a representá-las com direcções opostas, que representam os múltiplos fluxos percorridos pela informação (Fig. 8).



1.3. Discussão de conceitos

A oposição de perspectivas que caracteriza o diálogo entre “indigenistas” e “difusionistas” não se esgota na defesa de modelos de neolitização antagônicos, na diferente representação gráfica dos processos, mas estende-se também ao significado cronológico e cultural que atribuem a conceitos-chave neste debate, e que devem ser discutidos, uma vez que estes não possuem uma só interpretação, perfeita e consensualmente definida, mas assumem sentidos distintos consoante o enquadramento teórico dos diferentes investigadores.

Por isso, qualquer reflexão acerca do fenómeno de neolitização no Mediterrâneo ocidental implica um debate prévio acerca da cerâmica cardial, cujo significado em grande medida, depende da perspectiva, difusionista ou indigenista, com que se observa o problema.

É, neste campo, muito claro que a linguagem não funciona como um descritor neutro da “realidade”, como destaca de forma enfática o discurso pós-moderno, mas desempenha um papel activo na narração dos factos e traduz selecções e opções epistemológicas, mais ou menos conscientes, por parte do autor.

Foi já, sobejamente, reconhecido o papel diagnóstico que, entre os grupos produtores, assumem os materiais cerâmicos, empregues como elementos de caracterização cronológica e cultural e justamente criticada a, por vezes excessiva e redutora, colagem de todo um sistema social a uma forma, ou a uma técnica decorativa, de recipientes produzidos em argila cozida.

No entanto, a utilidade efectiva destes fósseis-directores contribuiu para a criação, e utilização generalizada, de rótulos ou designações genéricas atribuídas às distintas correntes de neolitização que cobriram o espaço europeu. O grupo das Impressas caracteriza o Neolítico antigo da região adriática e do Mediterrâneo central, a dispersão da *LinearBandKeramik* reflecte a expansão das comunidades produtoras através da via danubiana, e a aplicação de *Cerastoderma edule* sobre a pasta fresca dos recipientes é considerada uma prática comum aos primeiros grupos neolíticos do Mediterrâneo ocidental (Fig. 9).

Para os autores difusionistas, o conceito de Neolítico antigo no Mediterrâneo ocidental é sinónimo de Neolítico cardial, e os sistemas decorativos dos conjuntos cerâmicos produzidos pelos mais antigos produtores devem ser dominados por esta estilística particular.

O Neolítico cardial possui, ainda nesta óptica e para além de um claro conteúdo cultural, uma cartografia própria de distribuição, e uma adscrição cronológica e estratigráfica concreta.

A periodização da primeira etapa do Neolítico está associada às percentagens em que ocorre este tipo decorativo, e o segundo momento da diacronia neolítica seria caracterizado pela diminuição das impressões cardiais, pela vulgarização de outras matrizes e pelo peso acrescido da decoração incisa. Esta etapa podia designar-se como Epicardial e os grupos produtores, em expansão territorial, são, agora, encontrados em pontos distantes do litoral, mediterrâneo ou atlântico.

Nesta linha, o significado absoluto do conceito de “Neolítico cardial” ou “corrente cardial” não se esgota na constatação do emprego frequente de uma determinada matriz para decorar



FIG. 9 – Áreas de implantação das “culturas neolíticas” no espaço europeu (Guilaine, 2003, p. 165).

vasos cerâmicos, mas reflecte uma modalidade, démica, de expansão do sistema produtor concretizada pela criação de colónias na costa, ou a curta distância desta, em vários pontos do Mediterrâneo ocidental e da costa atlântica do Sul de Portugal.

Para aqueles que defendem perspectivas percolativas, a cerâmica cardial como qualquer outro elemento do pacote neolítico pode estar, ou não, presente nos registos de transição e, dependendo das opções de um grupo, conhecer maior ou menor sucesso efectivo ao nível das temáticas decorativas. A presença, ou ausência, e a percentagem em que ocorrem as cerâmicas cardiais num determinado contexto não são considerados argumentos suficientes para classificar cronológica, ou culturalmente, uma ocupação.

Nesta perspectiva, designações como Neolítico cardial ou epicardial perdem o seu significado, e a terminologia adoptada, que já não possui um carácter “internacional”, refere-se sobretudo a transformações de ordem paleo-económica, e à menor ou maior dependência sobre espécies domesticadas, e à maior ou menor expressão de planos de continuidade com os anteriores sistemas de caça-recolocção.

A aplicação destes rótulos ao registo disponível para o actual território português foi, há algumas décadas, alvo de revisão crítica (Gonçalves, 1978a; Silva e Soares, 1981), e as observações então produzidas são ainda hoje pertinentes, uma vez que o fenómeno cardial, na fachada atlântica do extremo ocidente peninsular, permanece pouco expressivo.

Este é, no entanto, um tópico polémico que será, ao longo do texto, várias vezes discutido, dado que a “questão cardial” não se resume apenas a um recipiente cerâmico, mas sob esta designação descreve-se, sinteticamente, um determinado Neolítico, e um modelo específico de neolitização do Mediterrâneo ocidental, com conteúdo cronológico, espacial e cultural.

1.4. O tempo e o espaço: definição de fronteiras

A análise de qualquer uma das modalidades de expansão, ou de qualquer uma das representações cartográficas do processo de neolitização demonstra, objectivamente, que este é um fenómeno em rede, no tempo e no espaço, e que os limites cronológicos e as fronteiras geográficas que possam ser definidas revestem-se, sempre, de um grau de artificialidade que não deve ser ignorado.

Sendo objectivo central deste texto observar as dinâmicas da neolitização no Interior/Sul do actual território português a partir dos dados recolhidos no povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato (Évora), utilizaram-se, neste trabalho, e de forma deliberada, coordenadas históricas fluidas, a partir das quais é possível enquadrar no debate os antecedentes, questionar as consequências do processo, e observar numa área ampla os diferentes percursos da neolitização.

Se o tempo estrito do princípio desta análise remonta a meados do VI milénio cal BC tornou-se, no entanto, necessário recuar a observação até finais do VII/primeira metade do VI milénios cal BC, para apreender a dinâmica dos grupos de caçadores-recolectores mesolíticos que então controlavam o território, e que constituem um incontornável substrato populacional no momento da mudança, cujo papel, neste processo, deve ser esclarecido.

E, se é possível detectar uma fase de arranque, é mais difícil definir um momento terminal para o processo de neolitização do território português. As evidentes dificuldades empíricas, dado o muito escasso número de sítios e as, ainda, muitas raras datações disponíveis para o Neolítico médio, acrescenta-se alguma indefinição acerca da possibilidade de estabelecer um *terminus* para um fenómeno desta natureza.

Pode considerar-se, num sentido restrito, concluída a neolitização do território quando, em meados do V milénio cal BC, os lugares tradicionalmente ocupados por caçadores-recolecto-

res parecem definitivamente abandonados, e quando os grupos humanos, mesmo que a escalas muito variadas, produzem alimentos. Numa leitura mais abrangente, entender que com a neolitização de um território abre-se um ciclo longo que, contendo conjunturas diversas e múltiplas vertentes de expressão (Diniz, 2000a), é depois, estruturalmente, alterado na sequência da aplicação das novas tecnologias que emergem da Revolução dos Produtos Secundários.

Se ambas as perspectivas são possíveis, o espectro cronológico deste texto fixa-se na primeira, e incide sobre o intervalo de tempo compreendido entre os inícios do VI e a primeira metade do V milénios cal BC.

Este tempo longo deve ser segmentado, ainda que não sejam muito claros os elementos que podem caracterizar cada uma das diferentes etapas, dado que o desenrolar da investigação, nas últimas décadas, criou um conjunto novo de informação que tornou o quadro geral, sobretudo, mais complexo e arritmado.

Quanto ao espaço observado, são necessárias múltiplas escalas de abordagem. Uma vez que o fenómeno de neolitização que, através de mecanismos de difusão démica ou cultural, atingiu o actual território português é na sua origem, na sua dinâmica, e nos elementos que o constituem, mediterrâneo a observação dos mecanismos responsáveis pela emergência do Neolítico nesta área deve ser, simultaneamente, integrada: no quadro amplo da neolitização da bacia do Mediterrâneo ocidental; na esfera dos processos decorridos no espaço peninsular e nas trajectórias culturais do extremo ocidente da Península Ibérica.

Sendo esta a perspectiva que enquadra a análise, o espaço prioritariamente analisado confunde-se com o Sul, ou o Portugal mediterrâneo, de Orlando Ribeiro, que se estende até à foz do Mondego (Ribeiro, 1991⁶). Esta área, que integra diferentes unidades de paisagem, constitui um cenário privilegiado para a observação arqueológica das modalidades de neolitização que atingem o Ocidente peninsular.

Trata-se de um território desigualmente ocupado, onde a áreas densamente exploradas por grupos mesolíticos — que desde os inícios do Atlântico, produzem os grandes concheiros detectados nos limites internos dos estuários do Tejo, do Sado e do Mira — parecem opor-se zonas despovoadas, como o Interior/Sul, que figura como um espaço marginal perante estratégias de subsistência, parcialmente dependentes de recursos marinhos, fluviais e/ou estuarinos (Fig. 10).

E são, fundamentalmente, de duas ordens os obstáculos a uma mais rigorosa descrição das fronteiras espaciais. Em primeiro lugar, a recusa, do que numa óptica puramente processual seria legítimo, de confinar a análise a uma microrregião, estabelecendo uma correlação directa entre um determinado quadro ambiental e a resposta cultural que este gera, assumindo que uma outra paisagem daria origem a outras modalidades de adaptação do sistema social.

Este determinismo ecológico, que propunha a sobreposição entre os limites espaciais da análise e “áreas naturais” previamente definidas, a partir de critérios geológicos, geomorfológicos, hidrográficos, climáticos, confere ao meio um peso determinante na configuração e transformação dos sistemas, e assume que a variabilidade cultural é em grande medida uma tradução da mudança de cenário ambiental.

As características naturais dos territórios de implantação funcionam como efectivas condicionantes, mas de efeito limitado sobre os sistemas culturais. A observação dos dados arqueo-

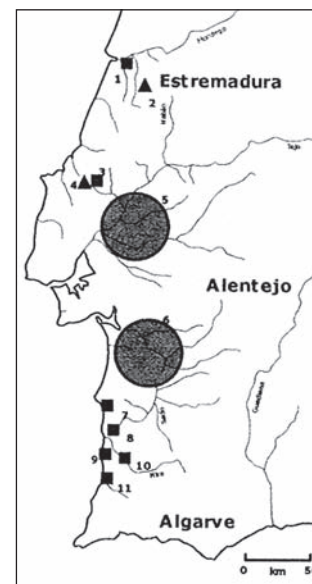


FIG. 10 - Distribuição do povoamento do Mesolítico final no “Portugal mediterrâneo” (Araújo, 2003b, p. 103).

lógicos demonstra que estes desenvolveram múltiplas estratégias que lhes permitiram contornar e ultrapassar os condicionalismos impostos pelo meio. Por isso, a área de dispersão de um fenómeno cultural deve ser definida *a posteriori* da sua análise e do seu conhecimento efectivo, porque esta não tem necessariamente que coincidir com áreas naturais previamente definidas.

Um segundo factor, que impede a definição de limites estritos, passa pelo volume e coerência interna da informação disponível acerca das primeiras etapas do Neolítico no actual território português, e pela natureza transregional que é própria ao processo em análise.

A escassez de dados dificulta o estabelecimento de fronteiras arqueologicamente significativas e, a segmentação do espaço em círculos culturais, empiricamente sustentáveis, e com expressão territorial, não parece, dado o pequeno número de sítios intervencionados, por agora, possível,

Em simultâneo, o carácter transregional deste processo exige o enquadramento dos dados provenientes da Valada do Mato em áreas amplas, onde possam ser identificadas regularidades, paralelismos e alteridades na trajectória cultural dos primeiros grupos neolíticos.

1.5. As questões de partida

O povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato (Évora), foi identificado, no princípio da década de 90, por Manuel Calado, e desde logo os materiais recolhidos em prospecções apontavam, de forma inequívoca, para a existência de uma etapa neolítica pré-megalítica nesta área do interior alentejano, e indiciavam uma dinâmica de expansão do sistema produtor superior à, até então, admitida para o Ocidente peninsular.

A presença no sítio de uma indústria de pedra lascada, sobre sílex, de feição lamelar e com forte componente geométrica associada a materiais cerâmicos incisos e impressos, com alguns exemplares cardiais, justificou a criação, em 1995, de um programa de investigação que tinha por objectivo caracterizar cronológica e culturalmente esta ocupação, para a qual não existiam, na região, paralelos estudados.

As principais questões colocadas em torno do povoado da Valada do Mato relacionavam-se com:

- a datação cronométrica da ocupação neolítica aí preservada;
- a caracterização das estratégias paleo-económicas desenvolvidas pelo grupo, quer ao nível das técnicas de obtenção de alimentos (predadoras e/ou produtivas), quer ao nível das áreas de captação de recursos e da integração em redes de troca e intercâmbio;
- a definição da tipologia funcional da ocupação e das modalidades de organização do espaço intra-habitacional;
- a identificação dos mecanismos culturais que estiveram na origem destas populações implantadas em territórios de interior e das dinâmicas sociais estabelecidas com grupos contemporâneos, nomeadamente com as comunidades mesolíticas estabelecidas nos concheiros do vale do Tejo e do Sado, com os grupos portadores de cerâmica da Costa Sudoeste, e com as populações neolíticas da Estremadura.

Se o desenrolar dos trabalhos permitiu obter resposta a algumas destas questões, que se apresentam ao longo deste texto, são ainda inúmeras as alíneas em aberto e cujo esclarecimento depende de futuros trabalhos de investigação.

1.6. Procedimentos metodológicos e percurso de investigação

A partir do sítio da Valada do Mato, e atendendo ao seu potencial informativo, foi criado um inquérito transdisciplinar que associou a metodologias especificamente arqueológicas, como as prospecções de superfície, as escavações, a classificação tecno-tipológica dos dados da cultura material, técnicas e técnicos, de outras áreas disciplinares, responsáveis pela obtenção, e tratamento das datações absolutas, pela caracterização geológica e geomorfológica da área de implantação do sítio, pela identificação petrográfica e primeira tentativa de identificação das áreas de proveniência das matérias-primas, pela identificação dos restos faunísticos, pelas análises da composição química de amostras de sedimento, pelas análises traceológicas, pelas identificações antracológicas e antropológicas.

Por isso, e ainda que este seja um trabalho de autor único, para ele contribuíram, de forma efectiva, outros investigadores, nomeadamente:

- António Brum da Silveira, do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, na área da caracterização geológica e geomorfológica do sítio e áreas envolventes;
- Paulo Fonseca, do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, na área da identificação petrográfica do material lítico, dos componentes das pastas cerâmicas, e na determinação de áreas prováveis de proveniência das matérias-primas;
- Manuel Madeira, do Departamento de Ciências da Terra do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, na área de caracterização química de amostras de sedimento;
- Maria João Valente, da Universidade do Algarve, na área dos estudos faunísticos;
- Juan Gibaja Bao, do Museu de Arqueologia de Barcelona, responsável pelas análises traceológicas;
- António Monge Soares, director do Laboratório de Radiocarbono de Lisboa, na interpretação crítica dos métodos de datação utilizados e na calibração das datas;
- Cidália Duarte, do Instituto Português de Arqueologia, na área da Antropologia física;
- Diego Angelucci, do Instituto Português de Arqueologia, na área da Geoarqueologia;
- Paula Queiroz, do Instituto Português de Arqueologia, na área da Paleobotânica.